

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

MILENA SANTIAGO VIEIRA NOLASCO

**DIAGNÓSTICO SOCIECONÔMICO E AMBIENTAL DAS QUEBRADEIRAS DE
COCO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM-MA**

SÃO LUIS-MA

2019

MILENA SANTIAGO VIEIRA NOLASCO

**DIAGNÓSTICO SOCIECONÔMICO E AMBIENTAL DAS QUEBRADEIRAS DE
COCO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM-MA**

Monografia apresentada ao curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

SÃO LUÍS-MA

2019

Nolasco, Milena Santiago Vieira.

Diagnóstico socioeconômico e ambiental das quebradeiras de coco babaçu do município de Itapecuru-Mirim - MA. / Milena Santiago Vieira Nolasco. – São Luís, 2019.

42 f

Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

1.Agricultura de subsistência. 2.Maranhão. 3.Palmeira de babaçu. I.Título

CDU: 630.28(812.1)

MILENA SANTIAGO VIEIRA NOLASCO


DIAGNÓSTICO SOCIECONÔMICO E AMBIENTAL DAS QUEBRADEIRAS DE
COCO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM-MA

Monografia apresentada ao curso de
Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Estadual do Maranhão como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos
Anjos Ottati.

Aprovada em: 04/07/2019


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati - Orientadora
DER/CCA/UEMA



Késia Rodrigues Silva Vieira
LABEX/UEMA



Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda
DER/CCA/UEMA

*Dedico este trabalho a meus pais, meu
alicerce, em especial a meu
pai que sempre fez de tudo para
que eu não desistisse dos meus sonhos.
A ele, meu eterno amor e gratidão.*

*Ave Palmeira, que sofre desgraça,
Malditos derrubam, queimam e devastam,
Bendito é o teu fruto que serve de alimento
E no leito da morte ainda nos dá sustento.*

*Santa Mãe palmeira,
Mãe de leite verdadeiro.
Em sua hora derradeira,
Rogai por nós quebradeiras*

*(Maria do Socorro Teixeira Lima)
Ave Maria das Quebradeiras*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me sustentado e guiado até aqui e a Nossa Senhora de Nazaré, por seu amor de mãe em ter ouvido minhas preces nos momentos de choro.

Ao chegar à conclusão deste trabalho, expresso gratidão a todas as pessoas que passaram pela minha vida durante esses anos de graduação.

Agradeço imensamente ao meu pai Hamilton, que dedicou anos de sua vida para a realização do meu sonho, me apoiando e incentivando quando mais precisei, e a minha mãe Edna, que foi quebradeira de coco e por ter sido meu porto seguro, sem vocês nada disso seria possível.

À minha família, que mesmo de longe torceu e rezou por mim durante todos esses anos a fim de que eu não desistisse, em especial minha madrinha Gracinha, meu padrinho Paulo, minhas avós Lurdes e Maria e minha tia Hilda, que se foi sem ver minha vitória.

Aos meus colegas de turma que iniciaram comigo em 2014.1 este sonho e estenderam a mão quando eu precisei, em especial Fábio Augusto, Caroline Asevedo, Chiara Sanches, Bárbara Noeme e Plhinio Vinicios, que me ajudaram na produção deste trabalho.

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por cada oportunidade e por servir de meio à realização de um sonho.

Gratidão aos funcionários da UEMA que durante todos esses anos estiveram presentes.

À Embrapa Cocais por ter me proporcionado vivenciar momentos de aprendizados com as quebradeiras de coco babaçu do Clube de Mães de Itapecuru e de Pindaré-Mirim, em especial Dr. José Mário Frazão, Marcos Toledo e minha co-orientadora, Dra. Guilhermina Cayres, pelo carinho, respeito, incentivo e aprendizado.

À dona Domingas, representante da comunidade quilombola Pedrinhas por ter me acolhido e ajudado na aplicação dos questionários e por ter compartilhado a história da sua comunidade comigo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati, pela compreensão, apoio e incentivo dado ao longo de todo o processo e sua orientação durante a minha participação no grupo de Estudo em Economia Rural.

RESUMO

A atividade extrativista do coco babaçu, embora seja uma atividade bastante antiga, ainda assim significa uma atividade de subsistência nas comunidades rurais do Maranhão. A palmeira é capaz de gerar vários subprodutos e movimentar a renda local de várias famílias, quando se fornece algum tipo de assistência para que os extrativistas sejam orientados em relação à comercialização e controle de gastos de tudo que se produz. O objetivo do trabalho foi fazer a análise socioeconômica e ambiental das quebradeiras de coco das comunidades Canta Galo e Pedrinhas localizadas na zona rural do município de Itapecuru Mirim/MA. A pesquisa fez uso de dados primários através do uso de um questionário com 26 perguntas abertas e dados secundários. Os dados evidenciaram que nas duas comunidades há uma baixa escolaridade; o extrativismo é caracterizado como de subsistência e, quando há excedentes da produção, há uma grande dificuldade na comercialização dos produtos, favorecendo assim, a presença de atravessadores; a renda, na sua maioria, não ultrapassa um salário mínimo, há forte presença dos programas institucionais e; infelizmente, não existe uma preservação ambiental.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura de subsistência. Maranhão. Palmeira de babaçu.

ABSTRACT

The extractive activity of the babassu coconut, although it is a very old activity, still means a subsistence activity in the rural communities of Maranhão. The palm tree is able to generate several by-products and to move the local income of several families, when some kind of assistance is provided so that the extractivists are oriented in relation to the commercialization and control of the expenses of everything that is produced. The objective of this work was to make the socioeconomic and environmental analysis of the coconut breakers of the Canta Galo and Pedrinhas communities located in the rural area of the municipality of Itapecuru Mirim / MA. The survey made use of primary data through the use of a questionnaire with 26 open questions and secondary data. The data showed that in both communities there is a low level of schooling; the extractivism is characterized as subsistence and, when there is production surplus, there is a great difficulty in the commercialization of the products, favoring, thus, the presence of middlemen; most of the income does not exceed a minimum wage, there is a strong presence of institutional programs and; unfortunately, there is no environmental preservation.

Keyword: Subsistence farming. Maranhão. Palm tree of babassu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Itapecuru Mirim-Ma	20
Figura 2	Dificuldades para a comercialização dos produtos	26
Figura 3	Principais produtos do coco babaçu que são comercializados	27
Figura 4	Principais canais de comercialização dos produtos das quebradeiras de coco	28
Figura 5	Conquistas pessoais alcançadas com o extrativismo do babaçu	29
Figura 6	Tipo de degradação nas áreas de babaçuais	31
Figura 7	Forma de descarte do lixo produzido nas comunidades	32
Figura 8	Principais consequências de degradação dos babaçuais	33
Figura 9	Ações de educação ambiental que podem ser implantadas para evitar a degradação ambiental das áreas de babaçuais	35

LISTA DE SIGLAS

ASSEMA Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão

MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVOS.....	11
2.1	OBJETIVO GERAL.....	11
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1	Comunidades Rurais Tradicionais Quilombolas.....	12
3.2	Caracterização botânica da palmeira de coco babaçu.....	13
3.3	O Extrativismo do coco babaçu.....	15
3.4	A lei Babaçu Livre.....	16
4	MATERIAIS E MÉTODOS.....	19
4.1	Fonte de dados, técnicas de coleta e variáveis.....	20
4.2	Métodos de análise.....	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
5.1	Perfil sociodemográfico das quebradeiras de coco babaçu.....	21
5.2	Principais problemas encontrados para a comercialização dos produtos das quebradeiras de coco.....	24
5.3	Análise dos impactos socioambientais nas áreas extrativistas....	29
5.4	Recomendações frente aos gargalos encontrados.....	35
6	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICE	42

1 INTRODUÇÃO

A palmeira de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex. Spreng; sinonímia *Orbignya phalerata*) é uma espécie que ocorre desde a floresta Amazônica até o Cerrado, e distribui-se por 18 milhões de hectares em todo país, podendo ocorrer isoladamente nas florestas ou em áreas abertas, principalmente, nos estados do Maranhão, Piauí e Pará e, em áreas isoladas, nos estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas, sendo frequentemente encontrado em áreas degradadas onde é considerado uma espécie pioneira e dominante (Anderson et al., 1988; Anderson, 1991).

A palmeira é uma planta que consegue alcançar cerca de 20 m de altura, e frutifica com 8 a 10 anos de vida, alcançando plena produção aos 15 anos, com uma média de vida de até 35 anos. Produz o ano todo, de 3 a 6 cachos de frutos, sendo que cada cacho possui cerca de 150 a 300 cocos e cada coco, possui em média, 3 amêndoas no seu interior. É uma planta resistente a queimadas e desmatamentos, proliferando-se com eficiência. Geralmente, o babaçu possui baixa densidade na vegetação primária (SOUZA, 2011).

Dessa forma, a presença de babaçu associa-se fortemente às áreas antropizadas, quando coloniza antigas formações florestais desmatadas (RIBEIRO; WALTER, 1998). Enquanto que em áreas de pastagem intensiva, o babaçu, geralmente, é eliminado com o objetivo de manter o terreno mais limpo possível para o melhor desenvolvimento da pastagem sem causar prejuízos ao manejo animal, enquanto nos sistemas extensivos, o babaçu, normalmente, é mantido no terreno já que o tempo de permanência do animal numa mesma área é pouco (SILVA, 2008). De acordo com manejo dado pelo produtor rural, o babaçu pode se encontrar em densidades compatíveis com o desenvolvimento das pastagens ou invadir a área, podendo conviver com outras culturas sem causar prejuízo.

Os subprodutos do babaçu são tradicionalmente utilizado no Brasil, principalmente, nas pequenas cidades, ganhando cada vez mais espaços nos grandes centros, sendo muito provável que antes mesmo dos europeus aqui chegarem ele já era utilizado pelas populações indígenas locais como acontece até hoje, onde seu uso é de forma sustentável, racional e medicinal, em último caso, visando o lucro econômico (CARRAZA, et al 2012).

Localizado no litoral norte do Brasil, o Maranhão é o estado com maior incidência de babaçuais no país, concentrando cerca de 53% dessa floresta

secundária, combinando o extrativismo, que por sua vez, se constitui uma das principais atividades do meio rural, a outras atividades como a pesca, agricultura, garimpagem e artesanato (BARBOSA, 2008).

A extração da amêndoa no Estado envolve o trabalho de mais de 300 mil famílias, onde parte da renda mensal tem a participação do extrativismo do babaçu. Em sua maioria, a mão de obra parte das mulheres, as "quebradeiras" de coco, como são chamadas, e que geralmente aprenderam a atividade desde a infância com sua mãe ou avó e exercem durante toda a sua vida.

A cadeia de valor do babaçu vai desde a retirada dos cocos ainda verdes ou maduros em meio a mata fechada, até o processamento nas agroindústrias gerando doces, pães e farinhas. A amêndoa que é consumida in natura, ou utilizada na produção do óleo ou azeite para o uso doméstico, também é utilizada na indústria para fabricação de perfumes, sabonetes, lubrificantes, manteigas e velas (LORENZI, 2010).

Aos poucos, as famílias que trabalham diariamente na atividade extrativista percebem que o babaçu representa uma opção de mudanças no quadro de pobreza, conflitos agrários e degradação ambiental e, através disso, se busca de forma equilibrada cada vez mais explorar racionalmente para preservar o ambiente como patrimônio natural e fonte de sustento.

Com o aperfeiçoamento dos produtos derivados do coco babaçu e incentivo por parte de entidades, organizações ou órgãos públicos, a comercialização e expansão desses produtos vem abrindo novas oportunidades, além de reivindicar o livre acesso aos babaçuais a estas quebradeiras de coco.

Na comercialização dos produtos derivados do coco babaçu existem algumas dificuldades ao longo da cadeia, como por exemplo, agentes intermediários, desvalorização da atividade e baixos preços. A eliminação ou integração desses fatores traria vantagens para os extrativistas como controle da produção e de gastos.

Perante desta realidade, vem crescendo o número de associações e cooperativas de pequeno porte com o objetivo de facilitar o escoamento desses produtos a outros mercados além de promover o desenvolvimento local.

Diante do exposto, este trabalho visa analisar e descrever a situação social e econômica das comunidades rurais denominadas Canta Galo e Pedrinhas, localizadas na zona rural do município de Itapecuru Mirim/MA e assim entender suas estratégias de produção e comercialização de produtos oriundos do coco babaçu.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar um diagnóstico social e econômico das quebradeiras de coco babaçu das comunidades quilombolas Canta Galo e Pedrinhas, localizadas no município de Itapecuru-Mirim, Maranhão.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar socioeconomicamente as famílias que trabalham diretamente com o coco babaçu nas comunidades rurais do local de estudo;
- b) Identificar quais os itens produzidos e comercializados pelas famílias agroextrativistas do município;
- c) Descrever os principais problemas enfrentados pelas famílias agroextrativistas desde a produção até a comercialização dos seus produtos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico se buscou informações que pudessem embasar a compreensão e discussão dos resultados obtidos.

3.1 Comunidades Rurais Tradicionais Quilombolas

As comunidades quilombolas atuais são remanescentes das comunidades formadas após a libertação dos escravos através da promulgação da Lei Áurea. A criação de quilombos passou a ser a única forma do negro, ex-escravo viver em liberdade e poder compartilhar dos mesmos costumes em um espaço onde sua cultura não seria desprezada, sendo possível assim, preservar a sua dignidade. Estas comunidades negras rurais, tinham como marca a resistência e a organização e, como objetivo, lutar pelos seus direitos à liberdade, cidadania e à igualdade, além claro, da posse da terra e preservar a identidade étnica e religiosa (SILVA, 2010).

A região Nordeste do país concentra a maior quantidade de quilombos e possui centenas de comunidades negras com características, costumes, tradições e religiões próprias que foram se moldando ao longo dos anos com a participação de cada integrante (SILVA, 2010)

De acordo com Abranches (1993), as comunidades quilombolas maranhenses foram surgindo à medida em que muitos ex-escravos de posse de sua liberdade, deixavam a zona rural e migravam para a Capital, São Luís, com o objetivo de encontrar vagas nas fabricas têxteis e uma melhor remuneração. Entretanto, essas pessoas não eram admitidas pelas fábricas, pois havia uma limitação da capacidade de absorção de mão de obra, assim como também, pelo próprio preconceito de transformar um ex-escravo em assalariado.

A concessão da liberdade ao escravo provocou uma desestruturação na economia rural maranhense nas últimas décadas do século XIX, proporcionando o abandono de muitas fazendas por seus proprietários, o que garantiu ao ex-escravo a possibilidade de herdar essas terras abandonadas, uma vez que já trabalhava ali por muitos anos, além de que, seria possível preservar formas simples de viver, manter suas tradições de trabalho, família e religiosidade, características essas importantes que ajudariam na manutenção de uma identidade negra. Essas terras, agora ocupadas pelos negros ex-escravos e seus descendentes, passou ao decorrer dos

anos a ser denominada por eles próprios de “terras de preto”, identificando assim o espaço onde viviam esses negros, como também a cultura daquela comunidade tanto para si mesmo quanto para aqueles que estavam de fora (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2002).

De acordo com a Fundação Palmares 2019, no Estado do Maranhão existem 787 comunidades rurais quilombolas certificados, e essa certificação garante um reconhecimento de origem e direito a participação em políticas públicas estaduais e federais como os projetos social de acesso a credito ou a financiamento de casas.

A atividade desenvolvida dentro do quilombo é predominantemente agrícola e caracteriza-se pela divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho, sendo desenvolvidas manualmente, sem uso de máquinas ou insumos gerando uma produção necessária para o autoconsumo e raramente para comercialização.

As atividades, agrícolas desenvolvidas dentro dos quilombos estão relacionadas a produção das culturas bases como feijão, milho, arroz e mandioca, hortaliças, extrativismo vegetal, pesca artesanal, extrativismo mineral em alguns casos e com pouca expressão, a pecuária, cultivados em terras de comum acesso (ARAÚJO, 2017).

3.2 Caracterização Botânica da Palmeira de Coco Babaçu

A palmeira de babaçu (*Attalea speciosa*) é uma espécie não cultivada e nativa do Brasil, também conhecida em algumas regiões como bauaçu, baguaçu, aguaçu, guaguaçu, uauaçu, coco de-macaco, coco-de-palmeira, coco-pindoba e palha-branca. Classificada genericamente como *Orbinya oleífera* por botânicos e conhecida também como *Orbinya speciosa*, *Orbinya mariana* ou *Orbinya phalerata* (OLIVEIRA et al, 2013). Pertence à família das palmáceas (*Arecaceae*), que por sua vez, é a terceira família a apresentar importância para o homem e está entre os grupos vegetais mais antigos do mundo. São classificadas como arbustos ou arvores (JHONSON, 1988; SOARES et al 2014 apud ALMEIDA JÚNIOR. et al., 2016).

A ocorrência do babaçu no Brasil abrange os estados do Maranhão, Goiás, Tocantins, Piauí, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais e Bahia. O Maranhão se destaca como sendo o oitavo maior Estado brasileiro em densidade de palmeira e o segundo da região Nordeste em extensão territorial (IBGE, 2013). No contexto nacional, o Maranhão é o principal produtor de amêndoas de

babaçu, sendo que a produção ocorre em 148 dos 217 municípios do Estado, somando um total de 50.476 toneladas, o que representa 93% da produção do país que foi de 54.330 toneladas (IBGE, 2017).

A palmeira de babaçu é uma planta que pode atingir altura de 2,5 a 22 m, possui caule que não ramifica e suas folhas desenvolvem somente no ápice, alcançando cerca de 2 a 13 m de largura e 4 a 9 m de comprimento e pecíolo com margem inteira, raque foliar com 6 m de comprimento e frutifica a partir do oitavo ano, alcançando a produção plena após 15 anos.

As flores se desenvolvem de forma agrupada, com inflorescência, de coloração clara, sendo rara a junção dos dois sexos, desta forma pode ser inteiramente estaminada, parcialmente estaminada e pistilada ou inteiramente pistilada (ALMEIDA JÚNIOR et al 2016).

O fruto da palmeira, o coco, tem formato ovalado e alongado, de acordo com sua região geográfica, pesa entre 90 e 250g e apresenta coloração castanha. Cada safra a palmeira pode ter entre 3 e 5 cachos e cada cacho chega a produzir de 300 a 500 cocos. (CARRAZA et al 2012).

O babaçu é constituído por três camadas: epicarpo que representa 12,6 % e é formado por fibras resistentes; mesocarpo, constitui cerca de 20,4 % e; o endocarpo representa 58,4 %. Essas camadas envolvem as amêndoas e são chamadas de casca, correspondendo 93% do total do coco (PRAZERES et al. 2016).

As amêndoas (sementes), representam 7% do peso do fruto e são ricas em óleo (PRAZERES et al, 2016). Segundo Carraza et. al, 2012, o processo de quebra do coco para retirada das amêndoas, é realizada de forma manual onde utiliza-se tradicionalmente um machado preso embaixo das pernas e um porrete de madeira, com fortes batidas até o coco se romper. No processo semi-mecanizado, utiliza-se máquinas que serram e cortam o coco ao meio, facilitando a extração das amêndoas.

As palmeiras são polinizadas pelo vento e por insetos, como abelhas, moscas e besouros. As palmeiras também se espalham através das amêndoas (sementes) serem dispersas por diversos animais como mamíferos não voadores, morcegos, aves, répteis, peixes e insetos que consomem os frutos ou transportam a outros locais (NÚÑES et al., 2005. apud ALMEIDA JÚNIOR, 2016).

3.3 O Extrativismo do Coco Babaçu

O extrativismo compreende uma das atividades mais antigas do mundo. No território brasileiro foi a primeira forma de exploração dos recursos naturais florestais a partir do pau-brasil, marco inicial de sua economia. O termo abrange de forma ampla as atividades de extrair produtos de forma artesanal diretamente da natureza e que de alguma forma, caracteriza uma região ou comunidade tradicional e que na maioria das vezes, é desenvolvida por mulheres trabalhadoras rurais (MARTA SILVA, 2014).

Segundo dados do IBGE, o extrativismo vegetal em sua origem, divide-se em dois seguimentos principais: madeireiros como a madeira em tora, lenha, carvão vegetal e nó-de-pinho e; os não madeireiros, como amêndoas de babaçu, castanha do pará, erva-mate, frutos e palmito (IBGE, 2013)

Se tratando do extrativismo não madeireiro, diferentemente de outras palmeiras, a do babaçu se destaca pela sua possibilidade de oferecer inúmeros produtos e subprodutos de valor econômico diferenciado capaz de atender a diversas necessidades, além de possuir uma área de abrangência de 13 a 8 milhões de hectares, englobando 279 municípios e 11 Estados (CARRAZZA et. al. 2012).

A cadeia do babaçu engloba atividades que envolve a coleta do coco na mata fechada atravessando as propriedades privadas ou de seus familiares, a quebra do coco para a extração das amêndoas, que produz tanto o leite utilizado para temperos, como também azeite ou óleos utilizados tanto na alimentação como na indústria de cosméticos. Produz também o carvão vegetal utilizando as cascas secas e extração do mesocarpo a qual se produz mingau, bolos e biscoitos. (FIGUEIREDO, 2005, apud BEZERRA et al 2016). As folhas são utilizadas para fazer artesanato, utensílios domésticos e na cobertura, portas e janelas de casas, principalmente, da zona rural.

Após isso, segue a etapa de comercialização desses subprodutos, considerada a última etapa da cadeia que, em sua maioria, enfrenta diversas dificuldades, em destaque os preços baixos, a falta de transporte, a péssima qualidade das estradas que dão acesso às comunidades e, por todos estes fatores já citados, a presença de intermediários que lucram até mais que os próprios agroextrativistas. Muitas vezes o primeiro intermediário troca a amêndoa por gêneros alimentícios, o médio intermediário, que normalmente é o comerciante do município, recebe também por um valor muito baixo e este repassa para indústria local que faz algum tipo de

beneficiamento. O resultando é um baixo lucro para o extrativista que está no início da cadeia e alto lucro para o último intermediário (LIMA, 2015).

Para Ayres Júnior (2007), as quebradeiras de coco babaçu, independentemente de sua região, construíram uma identidade coletiva que as diferencia de outros indivíduos ou grupos sociais no interior do Estado Brasileiro.

Essa identidade está relacionada de alguma forma à preservação dos babaçuais ou de suas comunidades rurais a qual estão inseridas, um vínculo que ultrapassa a relação puramente material ou econômica (RÊGO; ANDRADE, 2006, p. 55 apud MOURA, 2014, p.5)

A crescente participação em espaços políticos e o comprometimento com a atividade, fizeram com que as quebradeiras de coco passassem a se preocupar em articular-se com outros grupos de mulheres que também viviam situações semelhantes àquelas enfrentadas nos babaçuais. A forma encontrada para unir forças foi o associativismo (associações e cooperativas). Os resultados alcançados vieram através da criação de uma identidade e valorização do trabalho, além de se tornaram protagonistas por sua consciência ecológica e por sua luta. As práticas de preservação, não parte somente de quem depende da atividade, toda a comunidade rural coopera para preservação dos recursos associados ao uso comum (NETO, 2017).

Apesar de sua importância e variedade de produtos que pode oferecer, do ponto de vista econômico e agrícola, a palmeira babaçu infelizmente é vista como um recurso marginal e permanece apenas como parte integrante de formas tradicionais regionais.

3.4 A Lei Babaçu Livre

Historicamente, o meio rural brasileiro é rodeado por diversos conflitos como disputas por terras, resultando em alguns momentos em mortes, prisões, torturas, espancamentos e estupros etc. Não tão distante disso, “as terras férteis do babaçu” estão, em sua maioria em regiões de conflitos como essa (CPT, 1990, p. 15).

Os conflitos relacionados à concentração fundiária, a pecuária extensiva, queima de roçados e devastação de palmeiras de babaçu nas comunidades rurais, ameaçou por muito tempo a sobrevivência de quebradeiras de coco e agricultores familiares não só do Maranhão, como também de outros estados. A partir dos anos

1960, com a ascensão do extrativismo do babaçu no Maranhão, intensificou-se também os conflitos de terras, influenciada pela Lei Sarney de Terras” (Lei nº 2.979/1969), prejudicando as famílias rurais de praticarem suas atividades, principalmente o extrativismo. Esses conflitos envolviam em sua maioria os afrodescendentes e indígenas, donos da terra por herança e os ditos proprietários, oriundos do próprio Estado ou de outras localidades (BARBOSA, 2008).

As mulheres das comunidades rurais estiveram diretamente envolvidas nos conflitos pela posse das terras e, principalmente, nos conflitos para garantir o acesso e preservação dos babaçuais motivadas pelo trabalho extrativista que em muitos casos era a fonte de renda principal. Especialmente nos anos 70 e 80, os trabalhadores rurais resistindo à situação imposta pelos fazendeiros, na qual exigiam parte do que coletavam como pagamento pela utilização de terras, estes chegavam cedo e em mutirão, quebravam o coco a fim de levá-lo para casa antes que os encarregados das propriedades chegassem. Ao serem pegos pelos vaqueiros ou jagunços das propriedades, tinham que devolver os cocos coletados como punição (BARBOSA, 2008).

A partir da década de 1980, quando os conflitos se espalharam por vários municípios do Maranhão, muitas quebradeiras de coco sofreram agressões quando entravam nas propriedades para coletar o coco, como as violências físicas e sexuais por vaqueiros, policiais, gerentes ou encarregados das fazendas como castigo, ou mesmo eram obrigadas a roçar uma extensa área de pasto para ter acesso aos babaçuais e assim lutar para garantir sua permanência na terra e seu direito ao extrativismo (BARBOSA, 2008).

Como forma de enfrentamento a toda essa problemática vivenciada durante muitos anos por essas quebradeiras, que em sua maioria são mulheres, estas passaram a se unir em associações e movimentos a fim de unir forças e assim conhecerem seus direitos e melhorar sua vida, como exemplo a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), clubes de mães, movimentos estes formados exclusivamente por mulheres trabalhadoras rurais, donas de casas, mães, avós e esposas, em defesa do meio ambiente e do agroextrativismo do babaçu (SILVEIRA, 2017).

Diante disso, surgiu a lei babaçu livre desde 1997, uma lei municipal, presentes em alguns municípios dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará,

com o objetivo de reivindicação do livre acesso aos babaçuais às quebradeiras de coco e suas famílias, que as exploram de forma familiar e comunitária, além de promover a proteção das palmeiras contra cortes ou qualquer ataque. Segundo dados do IBGE 2015, a lei está presente nos seguintes municípios do Maranhão, Capinzal do Norte, Cidelândia, Esperantinópolis, Imperatriz, Lago do Junco (primeiro município a contar com a lei em 1997), Lago dos Rodrigue, Pedreiras e Vila Nova dos Martírios, e representa um grande avanço para essas populações (NASCIMENTO et al. 2014).

A lei Babaçu Livre se tornou uma ferramenta legal protegendo juridicamente a luta dessas mulheres, além de que foram elaboradas de acordo com a realidade de cada município. A validação dessas leis foi possível graças a coragem e a luta das quebradeiras de coco babaçu ao longo dos anos, após atravessar diversas situações para garantir o acesso e a preservação dos babaçuais. Elas passaram a fiscalizar ainda mais as queimadas e derrubadas e denunciam essas práticas às autoridades competentes. Em municípios em que há presença da lei, vem se observando uma diferença, as áreas já se encontram mais preservadas e isto pode significar a construção de uma nova modalidade de propriedade e de novas relações no campo onde possa haver equilíbrio e respeito entre natureza e homem (ARAUJO JÚNIOR, 2014).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado nas comunidades quilombolas rurais “Canta Galo” e “Pedrinhas Clube de Mães” localizadas na Zona Rural de Itapecuru Mirim, distantes 18 km e 15 km respectivamente da sede da cidade.

O município de Itapecuru Mirim está localizado na mesorregião Norte Maranhense e Microrregião Itapecuru Mirim. Os habitantes se chamam itapecuruenses e o município possui uma área de 1479, 55 km² e uma população de 62. 110 habitantes de acordo com o censo demográfico de 2010. Vizinho dos municípios de Cantanhede, Santa Rita e Presidente Vargas. O município se situa a 96 km Sul-Oeste da capital São Luís (ATLAS BRASIL, 2018).

Figura 1- Localização do município de Itapecuru-Mirim, Maranhão



Fonte: IBGE (2019).

4.1 Fonte de dados, técnicas de coleta e variáveis

Nesta pesquisa se fez uso de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados a partir da aplicação de um questionário composto por 26 perguntas abertas de múltipla escolha, envolvendo aspectos ambientais, econômicos e produtivos. Também foram utilizadas visitas e conversas informais com os moradores e líderes das comunidades rurais quilombolas “Canta Galo” e “Pedrinhas Clube de Mães”. A aplicação dos questionários, as visitas e as conversas ocorreram no mês de fevereiro e abril de 2019. Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa bibliográfica de materiais que tinham informações sobre o tema pesquisado, como artigos científicos, site e livros.

Foram aplicados 40 questionários, de um total de 50 pretendidos, pois inicialmente o objetivo era alcançar todos os moradores das comunidades. Os problemas enfrentados foram muitos, como casas fechadas, nas quais os moradores não estavam presentes no dia que foi realizada a visita, como também alguns moradores se recusarem a responder o questionário e, até mesmo em alguns casos, os moradores se mostrarem pouco receptivos ou mesmo incomodados com a presença em sua residência.

4.2 Métodos de Análise

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise. A tabulação dos dados foi realizada através do Programa Excel (Microsoft Office Excel). Para facilitar a compreensão dos resultados, se fez uso de tabelas e gráficos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista o alcance dos objetivos traçados no presente trabalho através de uma pesquisa quantitativa-qualitativa, os resultados obtidos foram dispostos em três categorias, são elas: categoria a) perfil sociodemográfico das quebradeiras de coco babaçu; categoria b) principais problemas encontrados para a produção e comercialização e categoria c) diagnóstico socioambiental das comunidades extrativistas.

5.1 Perfil sociodemográfico das quebradeiras de coco babaçu

Uma importante informação a ser destacada no contexto da pesquisa diz respeito ao perfil sociodemográfico das quebradeiras de coco babaçu, conforme destacado na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico

VARIÁVEIS	TOTAL	%
FAIXA ETÁRIA		
Até 18 anos	-	-
Entre 19 e 35 anos	-	-
Entre 36 e 60 anos	24	60
Acima de 60	16	49
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
Analfabetas	04	10
Alfabetizadas (lê e escreve)	36	90
Ensino Fundamental	-	-
Ensino Médio	-	-
RENDA MENSAL		
Menos de 1 salário mínimo	32	80
1 salário mínimo	6	15
Acima de 1 salário mínimo	2	05
POVOADO ONDE RESIDEM		
Canta Galo	22	30
Pedrinhas	18	40
Itapecuru (sede)	0	20
Outros	0	10
TOTAL	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De acordo com os dados da Tabela 1, observa-se que 60% das mulheres pesquisadas possuem entre 36 e 60 anos de idade, enquanto aquelas que possuem idade acima dos 60 anos apresentou na pesquisa um percentual de 40% do total. Destaca-se que as variáveis até 18 anos e entre 19 e 35 anos não foram citadas na pesquisa.

Diante do exposto, verifica-se que a maior parcela das mulheres que quebram coco babaçu nas comunidades rurais localizadas no município de Itapecuru são adultas ou já entraram na terceira idade. Isso denota que muitas dessas mulheres optaram por este ofício pela falta de oportunidades em outros segmentos e aprenderam com as mães ou alguém da família a arte de quebrar coco, tendo em vista atender aos aspectos de subsistência e, posteriormente, ingressaram em alguma associação.

Segundo Chiavenato (2014, p. 33), o mercado atual dentre as suas muitas características está optando por profissionais mais jovens. Porém, que já tenham experiência na área de trabalho e que estejam dispostos a aprender “o novo” com auxílio de tecnologias que ajudem a diminuir o tempo e os custos. Contudo, convém destacar que muitas das mulheres pesquisadas relataram informalmente não ter outro ofício a não ser quebrar o coco babaçu e que nunca saíram das suas comunidades, tendo assim uma relação de pertencimento com o local.

Em relação à idade, chama a atenção também a ausência de mulheres mais jovens, hoje um problema no meio rural, pois perde-se não só a força produtiva, mas as tradições, cultura e, neste caso, o legado de uma luta tão importante como a das quebradeiras de coco. Souza (2018), na sua pesquisa encontrou algumas justificativas para a saída do jovem para o centro urbano, entre elas: busca de melhorias na qualidade de vida, educação, emprego e renda fixa.

No tocante ao nível de escolaridade, percebe-se que a maior parcela das mulheres é alfabetizada, isto é, sabem ler e escrever. Já 10% são totalmente analfabetas, não sabem ler e escrever. As variáveis ensino fundamental e ensino médio não foram citadas na pesquisa.

Os dados supracitados são preocupantes pois revelam o baixo nível de escolaridade das mulheres pesquisadas, como também denotam que o referido público-alvo tem pouco acesso à informação. Isso influencia diretamente em vários aspectos da vida em sociedade, como por exemplo, a realização de atividades

mercadológicas, já que muitas dessas mulheres participam de associações ou cooperativas para negociarem os seus produtos no mercado tanto local quanto externo. A falta de conhecimento ou informação pode resultar na baixa agregação de valor dos produtos comercializados, assim como um baixo ou inexistente aproveitamento em cursos de capacitação.

Essa informação é interessante no contexto da pesquisa porque mostra a omissão do Estado em fomentar políticas públicas que viabilizem o acesso das quebradeiras de coco da região do Itapecuru ao ensino de qualidade, sendo este um direito outorgado em lei, conforme consta no artigo 5º da Carta Magna, bem como evidencia que o acesso à educação e a informação são fatores importantes na hora de produzir e comercializar produtos com valor e expressividade no mercado (SOUZA, 2018).

Com relação a renda média mensal, observa-se que 80% das quebradeiras de coco babaçu têm renda média mensal equivalente a menos de 1 salário mínimo, enquanto 15% relataram ter renda de exatos 1 salário mínimo e, apenas 5% afirmaram ter renda superior a 1 salário mínimo.

Tal afirmação evidencia que a renda média mensal das quebradeiras de coco é muito baixa. De acordo com Lemos (2013), a renda é uma variável importante para mensurar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto pelo fato de possuírem baixa renda, essas mulheres consecutivamente apresentam dificuldades quanto a educação dos filhos, sustento da casa, saúde, alimentação, moradia, dentre outros aspectos que dependem da renda média mensal para serem alcançados.

Aspectos como idade, educação e renda são importantes para a qualidade de vida dos agricultores familiares. A idade vai influenciar na força de trabalho e na perspectiva futura das atividades. A educação e a renda são tão importantes que já entram no cálculo do IDH, mas é no dia a dia que os agricultores sentem o peso destas variáveis na absorção do conhecimento e na qualidade de vida.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar em conversas individualizadas que várias quebradeiras não recebem nenhum benefício do governo, nem mesmo do Bolsa Família, dependem única e exclusivamente da renda oriunda da atividade extrativista do coco babaçu. Aquelas poucas que relataram ganhar um salário ou mais afirmaram informalmente ter outra renda além da atividade extrativista, tais como: aposentadoria, pensão, ajuda dos programas do governo e que a atividades de quebrar coco babaçu é um complemento da renda.

É um cenário preocupante porque denota que as quebradeiras de coco babaçu tem baixo nível de escolaridade, pouco acesso à informação e possuem baixa renda média mensal. Daí a necessidade de somarem forças e formarem associações, cooperativas ou sindicatos, com objetivo de se ajudarem mutuamente e consecutivamente lutarem pelos seus direitos. Este cenário também pode corroborar o estudo de Souza (2018) no tocante às justificativas dos jovens se mudarem para a cidade e não seguirem o trabalho dos ancestrais.

No que diz respeito ao local onde residem, destaca-se que 40% residem no povoado Canta Galo, 30% na sede do município de Itapecuru, 20% no povoado Pedrinhas e 10% em outros povoados. Dependendo do povoado, as mulheres terão que percorrer uma distância maior ou menor para exercer a atividade extrativista do coco babaçu, o que posteriormente consiste numa dificuldade em ter uma renda mensal.

Esses dados possuem influência direta na percepção das mulheres quebradeiras de coco babaçu quanto as dificuldades e problemas para comercializar os produtos oriundos dessa atividade extrativista, conforme destacaremos a seguir.

5.2 Principais problemas encontrados para a comercialização dos produtos das quebradeiras de coco

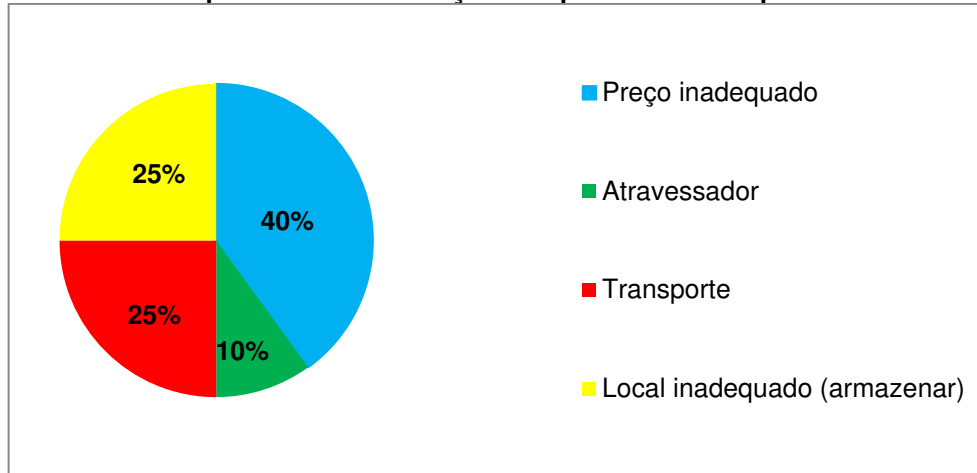
Nessa parte da pesquisa constam os resultados e discussões referentes aos problemas encontrados na produção e comercialização dos produtos oriundos do trabalho das quebradeiras de coco babaçu das comunidades rurais no município de Itapecuru Mirim.

De acordo com a Figura 2, observa-se que para 40% das mulheres pesquisadas o preço inadequado é a principal dificuldade para comercializar os produtos. Isso está diretamente relacionado com os dados da Tabela 1 que evidenciam as características sociodemográficas das quebradeiras de coco babaçu das comunidades rurais situadas no município de Itapecuru/MA.

Pelo fato de terem baixo nível de escolaridade e pouco acesso à informação, não sabem correlacionar as despesas que possuem com a atividade extrativista, sua força de trabalho empregada na produção dos produtos e quanto devem possuir de lucro para pagar as mulheres que trabalham nesse ofício, impostos, pagar fornecedores (material de embalagens) e, assim, dar um preço final que seja

compatível com a realidade do negócio. Por conta disso, acabam vendendo um produto bem mais barato do que deviam e a sua margem de lucro é muito pequena ou quase inexistente ou, em muitos casos, há a presença do atravessador¹, que compra por baixos preços revendendo por um preço maior e possuindo uma margem de lucro maior que o da própria quebradeira de coco.

Figura 2 - Dificuldades para a comercialização dos produtos em Itapecuru Mirim - Maranhão.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No ponto de vista de Crepaldi (2017) um dos grandes desafios do empreender é ter o conhecimento necessário para calcular de modo preciso o quanto gasta para produzir determinado produto e/ou serviço, com o quanto precisa lucrar para manter a sua atividade comercial. É diante desses aspectos que se consegue chegar a um preço justo para ofertar algo competitivo no mercado.

Uma possível solução para o problema de preço dos produtos das quebradeiras de coco babaçu, é firmar parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que disponibiliza consultores que irão ajudá-las nesse sentido de encontrar um preço certo para os produtos que comercializam no mercado. Além dos consultores da instituição acima, alunos formandos dos cursos de Agronomia, Administração de Empresas, Economia, Ciências Contábeis e do curso de especialização em Marketing podem contribuir de diferentes maneiras para divulgação, orientação na gestão e análise econômica e financeira do negócio, assim elas possam obter lucros melhores.

¹ Atravessador é aquele agente no processo de comercialização que compra a mercadoria do produtor para revender em outro lugar, figura muito presente na agricultura familiar.

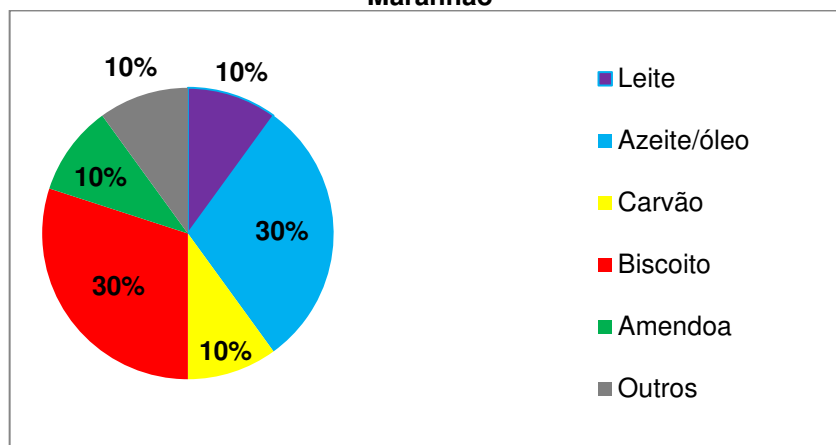
Outro aspecto que chama atenção está correlacionado à logística, uma vez que a soma das variáveis transporte (25%) e armazenamento (25%) obtiveram um percentual de 50%. Estes problemas já foram citados por Taylor (2015) quando ressalta que os produtos oriundos do coco babaçu, tais como: azeite, óleo, sabão, leite, carvão devem ser transportados de modo adequado e serem armazenados separadamente porque cada produto tem as suas propriedades e substâncias, que dependendo do lugar e temperatura, podem estragar mais rapidamente e perder espaço no mercado

Para 10% das mulheres pesquisadas o atravessador foi apontado como a principal dificuldade para comercializar os subprodutos do coco babaçu. Uma possível solução para esse problema consiste nas associações ou cooperativas estabelecerem um canal direto com os seus consumidores finais ou com as empresas de grande porte interessadas em revendê-los no mercado, tais como: supermercados, lojas de cosméticos, dentre outras (OTLLER, 2014).

Diante das respostas supracitadas, destaca-se que muitas das mulheres pesquisadas relataram que consideram os produtos do coco babaçu com relevância no mercado, devido à alta procura. No entanto, pelo fato de não conseguirem estabelecer o preço assertivo, desvaloriza todo o seu trabalho.

Conforme evidenciado no Figura 3, o azeite/óleo e o biscoito são os principais produtos produzidos pelas mulheres que realizam a atividade extrativista de coco babaçu das comunidades rurais, apresentando um percentual de 30% cada, um total de 60% no total, os 40% restantes são, principalmente, o leite, o carvão e a própria amêndoa.

Figura 3 - Principais produtos do coco babaçu que são comercializados – Itapecuru Mirim - Maranhão

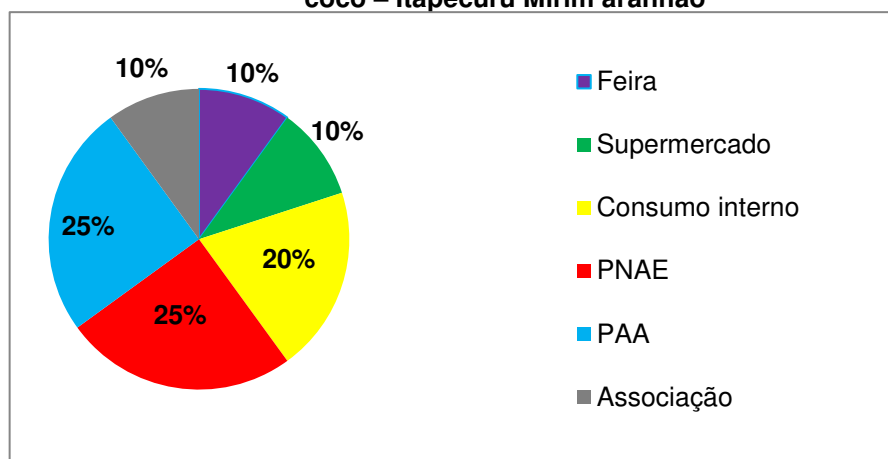


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Todos os produtos se bem comercializados tendem a apresentar uma grande aceitação no mercado devido aos muitos benefícios que podem proporcionar a saúde dos seus consumidores, como por exemplo, o óleo, o azeite e a farinha do mesocarpo. Andrade (2016) já afirmava que o óleo ou azeite apresentam mais propriedades naturais do que os industrializados encontrados supermercados. O que falta para as quebradeiras de coco babaçu e para as associações e cooperativas em que estão inseridas, é o desenvolvimento de estratégias para que um público maior conheça os seus produtos. Nota-se que o coco babaçu pode fomentar diferentes cadeias com alto poder de consumo, o que falta é um maior incentivo e organização.

Os dados da Figura 4, evidenciam que os principais locais ou Programas Institucionais de comercialização dos produtos oriundos da atividade extrativista do coco babaçu são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apresentando na pesquisa um percentual médio de 25% cada, ou seja, 50% da produção é absorvida por estes Programas Institucionais operacionalizados pela prefeitura ou Estado. Os produtos são repassados às escolas, presídios, creches, asilos, orfanatos e outras instituições que sobrevivem com a ajuda do governo.

Figura 4 – Principais canais de comercialização dos produtos das quebradeiras de coco – Itapecuru Mirim aranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

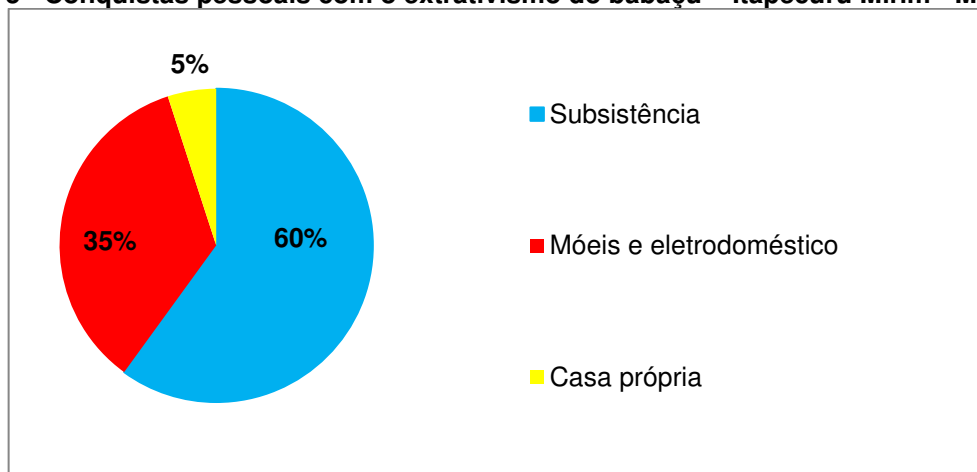
É muito importante que o governo federal, estadual e municipal auxilie as associações, cooperativas e produtores isolados dos subprodutos advindos do coco babaçu, principalmente, através da fomentação de espaços (locais) onde sejam comercializados os diferentes produtos, como por exemplo, feiras livres.

Para 20% das mulheres, o coco babaçu é produzido e comercializado como forma de subsistência, as vezes socializados nos povoados e comunidades entre aqueles que tem maior carência. As demais variáveis apresentaram um percentual médio de 10% cada, são elas: supermercados, feiras e associações. Percebe-se que são potenciais baixos para uma população que, de alguma forma, aprecia a culinária feita com óleo, azeite e leite de babaçu.

Portanto, cumpre destacar a necessidade das quebradeiras de coco babaçu do município de Itapecuru-Mirim terem um local certo e próprio para comercializarem os seus produtos, darem mais visibilidade aos seus produtos e consigam negociá-los pelo melhor preço possível. Isso se justifica porque as associações e cooperativas geralmente ficam afastadas dos centros comerciais. Vale ressaltar aquela máxima “a propaganda é a melhor estratégia do negócio!”

No tocante às principais conquistas pessoais que as quebradeiras de coco babaçu das comunidades analisadas tiveram ao longo dos anos com a realização dessa atividade extrativista, destaca-se que 60% afirmou ser de subsistência, ou seja, a renda advinda do respectivo trabalho serve apenas para manter a si própria e suas respectivas famílias, ênfase dada ao aspecto da alimentação. Para 35% das mulheres pesquisadas as principais conquistas pessoais foi a compra de móveis e eletrodomésticos para suas casas, tais como: geladeira, fogão, celular, televisão, som, dentre outros. Porém, 5% delas relataram que conseguiram economizar dinheiro e fazer uma viagem. Nota-se que esse público é uma minoria diante do universo das quebradeiras de coco babaçu que trabalham arduamente apenas para a sua sobrevivência (Figura 5).

Figura 5 - Conquistas pessoais com o extrativismo do babaçu – Itapecuru Mirim - Maranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este resultado representado por números comprova que as quebradeiras de coco babaçu são uma amostra fiel do que acontece em várias outras localidades do território maranhense, onde um número expressivo da sua população realiza atividades relacionadas a agricultura, pecuária, pesca e ao extrativismo como forma de subsistência para as suas respectivas famílias.

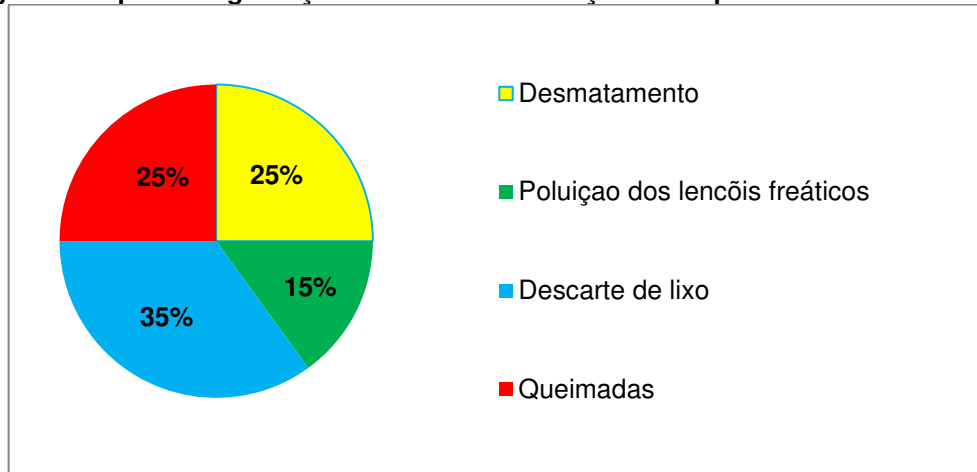
Observa-se que essa triste realidade é fruto de uma grande concentração de renda que foi sendo perpetuada ao longo dos anos. Associado a esse fator, o poder público tem sido omissivo no que diz respeito à fomentação de políticas públicas que de fato mudem a realidade de extrema pobreza encontrada em todo o Estado, principalmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, haja vista que as poucas políticas públicas existentes podem ser consideradas como nuances diante do muito que ainda se pode fazer para melhorar a qualidade de vida das quebradeiras de coco babaçu.

5.3 Análise dos impactos socioambientais nas áreas extrativistas.

Os dados apresentados na Figura 6 apontam os principais impactos socioambientais nas áreas da atividade extrativista do coco babaçu nas comunidades rurais do município de Itapecuru/MA, bem como se destaca que foram realizadas visitas *in loco*, onde foram constatadas a realidade do local. O descarte incorreto de lixo foi apontado como sendo o principal fator de degradação ambiental nas áreas de babaçuais, apresentando na pesquisa um percentual de 35%, segundo as respostas das mulheres pesquisadas. Durante as visitas *in loco*, foi possível observar sacolas plásticas, como também restos de alimentos e papel.

Registra-se que as variáveis queimadas e desmatamentos apresentaram na pesquisa um percentual de 25% cada, totalizando 50% das respostas das mulheres. Observa-se que as duas variáveis estão correlacionadas porque muitas mulheres desenvolvem sua roça em regiões de babaçuais para realizar o plantio das culturas básicas como mandioca, milho, feijão e algumas hortaliças. Outros realizam queimadas para preparar a terra para mudanças de ciclos da agricultura, o que coloca em risco as palmeiras ali presentes. Cumpre destacar que os recursos naturais são finitos, ou seja, se não forem utilizados de modo sustentável corre o risco de acabar.

Figura 6 - Tipo de degradação nas áreas de babaçuais – Itapecuru Mirim - Maranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

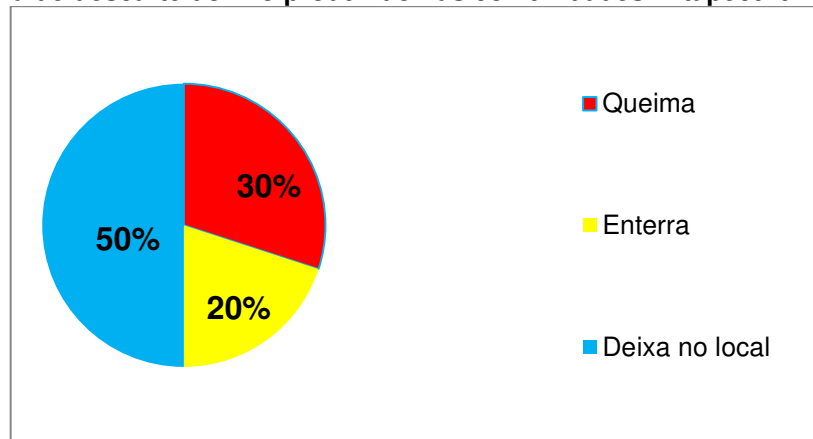
Para 15% das mulheres pesquisadas, a poluição dos lençóis freáticos foi apontada como a principal causa de degradação nas áreas dos babaçuais. Isso geralmente acontece pela grande quantidade de lixo descartado no local, alguns deles considerados *in natura*, o que consecutivamente se deteriora e muitas substâncias vão parar nos lençóis freáticos. Vale ressaltar que a atividade de extrativismo se não for devidamente realizada dentro dos padrões de agroecologia, causam danos sem precedentes ao meio ambiente.

A degradação dos recursos naturais se manifesta pela escassez da fertilização dos solos e limitação ou impossibilidade de utilizar a água para o consumo do homem, dos vegetais e outros seres vivos. Estes são apenas alguns pré-requisitos para se diagnosticar os níveis de degradação ambiental com relação aos impactos nos ecossistemas, ressaltando que o referido dano tem se tornado cada vez mais constante devido ao uso inadequado dos recursos naturais, o que comprova que a ação antrópica é considerada danosa quando se trata de degradação ambiental, fato já encontrado na literatura que trata sobre o tema, como por exemplo Gomes 2016 ao dizer que o ser humano desde a antiguidade vem mudando o ciclo normal da natureza para atender as suas necessidades.

No que se refere à principal forma de descarte do lixo produzido tanto na comunidade como nas áreas de trabalho (resíduos da quebra do coco, restos de alimentos, sacolas plásticas etc), a maior parcela das mulheres relatou que deixam o lixo produzido no local quando estas estão em babaçuais, apresentando na pesquisa um percentual médio de 50% (Figura 7). Muitas foram contundentes ao afirmar que não tem condições de fazer duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, trazer o coco e o

lixo produzido, principalmente, depois de um dia exaustivo de trabalho, por esta razão, preferem deixar no local, que a natureza se encarrega do resto.

Figura 7 - Forma de descarte do lixo produzido nas comunidades – Itapecuru Mirim - Maranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

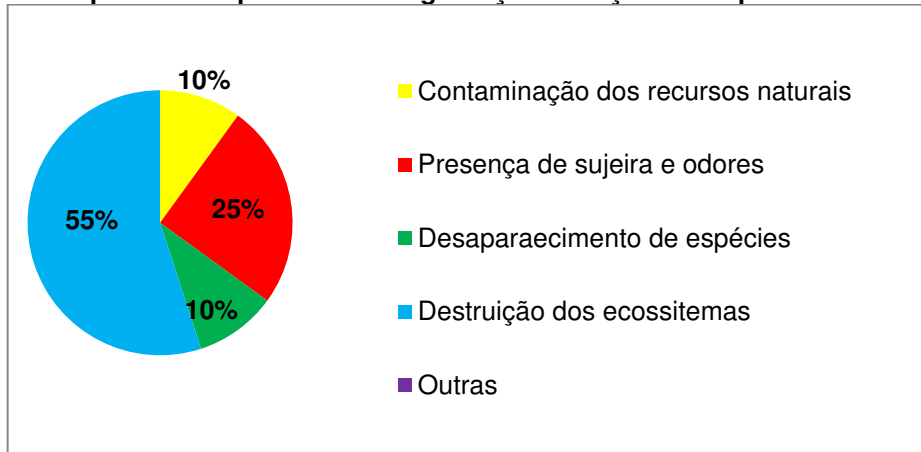
Algumas das mulheres pesquisadas nunca receberam algum tipo de informação sobre a importância de se utilizar sustentavelmente o meio ambiente. O que explica o porquê desse comportamento tão nocivo as áreas de babaçuais, áreas essenciais para o trabalho delas. Vale destacar que nos locais não existe de fato uma política de preservação e conservação, as atividades de extrativismo não obedecem a regulamentos legais, cada uma chega tira, quebra o coco e faz o descarte no local, além de outros objetos. As demais variáveis apresentaram os seguintes percentuais: queima (30%), enterra (20%) e a variável coleta seletiva não foi citada na pesquisa.

Diante desta realidade encontrada e, que provavelmente é comum em todas as regiões de exploração dos babaçuais, é importante destacar o trabalho de Lima (2014) ao relatar que não existe ainda informações que mostre o tempo em os babaçuais vão resistir aos danos causados pelo extrativismo sem uma política efetiva de preservação e conservação deste importante bioma.

Diante disso, destaca-se que a coleta seletiva é um fator importantíssimo para evitar o descarte de lixo e demais objetos no meio ambiente de modo indevido. Pois, essa degradação que é fruto da ação humana é muito danosa.

Para 55% das mulheres que realizam o extrativismo do coco babaçu nas comunidades rurais do município de Itapecuru Mirim, a destruição dos ecossistemas foi apontada como a principal consequência da degradação ambiental dos babaçuais (Figura 8).

Figura 8 - Principais consequências da degradação babaçuais – Itapecuru Mirim - Maranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo Sánchez (2016) a destruição dos ecossistemas pode ocorrer de diversas maneiras, porém, o lançamento de lixo nos babaçuais além de poluir os lençóis freáticos causa a morte de várias espécies vegetais e animais. Isto se explica pelo fato de que a natureza possui um ciclo natural e cada ator possui a sua função e importância no manejo do ecossistema. Dessa forma, a partir do momento em que um destes atores é destruído vai alterando toda uma cadeia que está interligada entre si.

Em segundo lugar, apareceu a variável presença de sujeira e odores com 25% das respostas. Observa-se que os fatores estão correlacionados, pois a destruição dos ecossistemas através do descarte de lixo indevido nas áreas dos babaçuais resulta num grande acumula de sujeira e mal cheiro no local. Chama-se atenção o fato de que a soma das variáveis, destruição dos ecossistemas e presença de sujeira e odores resultam num percentual de 80%, segundo a opinião das mulheres pesquisadas.

Em terceiro lugar, aparecem as variáveis desaparecimento de espécies e contaminação dos recursos naturais que tiveram um percentual de 10% cada. Durante as visitas *in loco* algumas frequentadoras mais antigas do local relataram que antes era comum encontrar a presença de alguns animais e certas plantas que hoje é uma raridade, apontando como causas o lixo e/ou desmatamento nas áreas de babaçuais, assim como, na área no entorno da comunidade.

Ao serem indagadas sobre a existência de alguma ação de educação ambiental desenvolvida em suas comunidades rurais, 96% das quebradeiras de coco babaçu afirmaram que se existe, nunca conseguiram identificar.

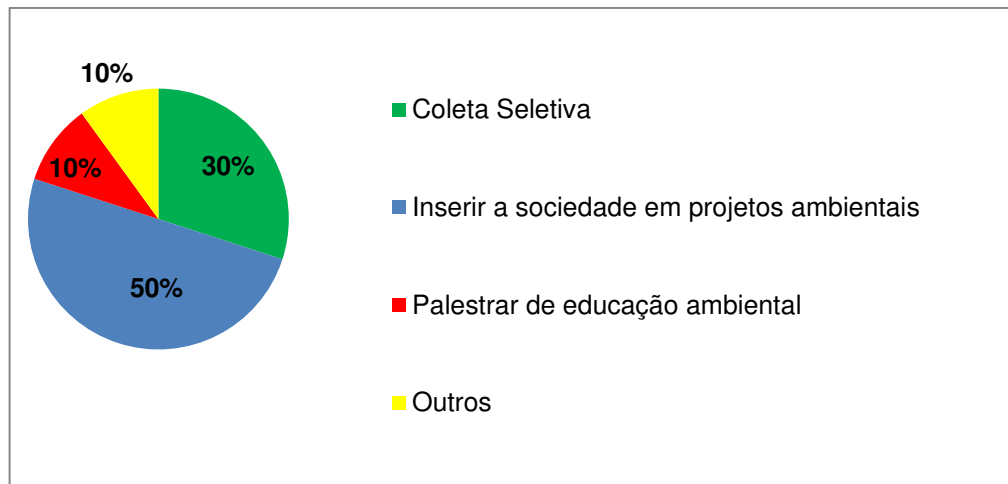
Durante a pesquisa de campo foi possível observar que de fato não existe, até o presente momento, nenhum plano de ação em desenvolvimento por parte do poder público, da iniciativa privada, das instituições de ensino superior e nem da sociedade civil para promover o combate à degradação dos babaçuais. Assim como, foi efetivado na sua essência, embora se tenha leis que protegem essas áreas, como a Lei nº 4734 de 18 de junho de 1986 que se trata da proteção dos babaçuais e as punições cabíveis aos responsáveis pela degradação destas áreas. Porém, a falta de fiscalização e controle, contribuem para a degradação nas áreas dos babaçuais ou da própria comunidade.

No entanto, 4% das mulheres pesquisadas conseguiram identificar alguma ação de educação ambiental nas áreas dos babaçuais, com ênfase dada a informativos que alguns sindicatos, escolas, associações e cooperativas dão a elas sobre a necessidade de preservação e conservação do meio ambiente. Porém, destaca-se que um número acentuado de mulheres por serem analfabetas, de nada adiante entregar informativos escritos sobre a preservação e conservação do meio ambiente. Segundo Muller (2015) geralmente nas áreas onde não há fiscalização e controle por parte dos órgãos públicos associados ao baixo nível de informação das comunidades, a degradação ambiental tende a acontecer de modo mais acentuado.

Quando perguntado às quebradeiras de coco sobre quais ações de educação ambiental para evitar a degradação ambiental nas áreas de babaçuais poderiam ser implantadas, a mais citada, como 50% das respostas, foi a de inserir as comunidades rurais e/ou o município em projetos ambientais. Em seguida, com 30%, apareceu a coleta seletiva e, depois, foram citadas palestras sobre educação ambiental (10%) e outras (10%), com destaque para maior atuação dos órgãos de fiscalização e controle (Figura 9).

Porém, destaca-se que é necessário primeiramente conscientizá-las sobre a importância de recolher o lixo produzido durante o extrativismo do coco babaçu. Isso é um papel relevante para que assim se torne um hábito de todas, sem exceção, pois, de nada adianta uma fazer e tantas outras não o realizar. Carvalho (2015) já ressaltava que o ser humano pode interferir na natureza de modo a protegê-la e conservá-la para às presentes e futuras gerações.

Figura 9 – Ações de educação ambiental que podem ser implantadas para evitar a degradação ambiental das áreas de babaçuais – Itapecuru Mirim – Maranhão



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando cada indivíduo da sociedade é devidamente inserido em projetos de educação ambiental tem-se uma maior conscientização e sensibilização acerca da necessidade de utilizar o meio ambiente de modo sustentável, sendo este um agente multiplicador dos ideais de sustentabilidade ambiental. Isto é uma forma de associar a teoria com a prática, onde cada pessoa se vê participando da ação que visa combater os crimes ambientais, além de incentivar a prática da preservação do meio ambiente.

5.4 Recomendações frente aos gargalos encontrados

Diante dos resultados e discussões apresentados no tópico acima, fazem-se algumas recomendações de caráter sugestivo para potencializar a produção e comercialização dos produtos e evitar a degradação do meio ambiente nas áreas dos babaçuais mediante as problemáticas identificadas na análise socioeconômica e ambiental das quebradeiras de coco babaçu das comunidades rurais do município de Itapecuru/MA. Porém, ressaltamos que estas, por sua vez, não são nenhuma novidade para os estudiosos e interessados na área, entretanto, serve para caracterizar algumas das demandas resultantes da pesquisa.

I) Apoio à produção e comercialização dos produtos oriundos do coco babaçu

– para inserir estas mulheres no mercado, tem-se que trabalhar todas as cadeias possíveis originadas do coco babaçu. Para isso, é importante intensificar e melhorar a formação de cooperativas e associações nas comunidades; proporcionar o intercâmbio destas mulheres com associações/cooperativas mais consolidadas; capacitar essas mulheres para melhorar a qualidade dos produtos e; tão importante quanto, proporcionar ações que façam com que estas mulheres eliminem a figura do atravessador através da presença delas em feiras livres, criação de um ponto de venda na sede do município, proporcionar a presença delas em eventos etc.;

II) Criação do Conselho Local

– Formado pelo poder público, iniciativa privada, sindicatos, cooperativas, associações e sociedade civil. A proposta de criação do referido conselho surge diante da necessidade de reunir todos os interessados no desenvolvimento de estratégias que visem evitar a degradação do meio ambiente e posterior proteção e preservação dos recursos naturais da localidade. Serviria para articular ações de melhoria na região como todo, bem como, em cobrar e fiscalizar o poder público no cumprimento de suas tarefas em relação aos investimentos na educação ambiental que se constitui num importante mecanismo de preservação do meio ambiente e posterior desenvolvimento local. A criação do conselho local criaria mecanismos para validar as leis de proteção aos babaçuais, onde as quebradeiras de coco são protegidas por leis municipais e tem livre acesso as propriedades privadas para realizar a coleta e manter suas atividades;

III) Estabelecimento de parcerias com outras instituições – os resultados da pesquisa evidenciaram a necessidade de fortalecer os laços do poder público ou mesmo as instituições privadas com o objetivo de realizar investimentos nas áreas dos babaçuais, ou mesmo, na própria comunidade e, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida das quebradeiras de coco babaçu. Portanto, sugerem-se que os moradores do local que são os principais “prejudicados” juntamente com as próprias quebradeiras de coco babaçu busquem parcerias para auxiliarem no desenvolvimento de atividades que visem melhorar gradativamente as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente no referido local através da implantação de ações de educação ambiental ou apoiar a atividade extrativista para que através destas se melhore a situação econômica dessas mulheres;

IV) Criação de projetos ambientais locais e a inserção da sociedade civil neste processo - conforme mencionado na pesquisa, a degradação ambiental dos babaçuais é uma realidade, convém destacar que os recursos naturais são finitos, ou seja, se não forem preservados e utilizados de modo sustentável correm o risco de desaparecer. Dessa forma, a inserção da sociedade civil em projetos e ações de educação ambiental nas áreas dos babaçuais serve, nesse primeiro momento, como uma forma de inibir o crescimento da degradação no respectivo local e, consecutivamente, que cada indivíduo possa agir como um agente multiplicador destas práticas a serem adotadas.

Diante do exposto, registra-se que estas são recomendações para que haja uma melhoria na qualidade de vida destas mulheres quebradeiras de coco através da geração de renda; da luta através da organização associativa; da produção e comercialização e; das estratégias que visem evitar a degradação ambiental e, conseqüentemente, preservação do meio ambiente.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho evidenciou a problemática vivida pelas quebradeiras de coco babaçu das comunidades rurais “Canta Galo” e “Pedrinhas”. Entre os problemas encontramos alta taxa de analfabetismo; uma atividade extrativista de subsistência; degradação do meio ambiente; isolamento das comunidades; dificuldades para comercializar a produção, e, conseqüentemente, forte presença da figura do atravessador.

Podemos concluir que este é apenas um exemplo do que acontece em várias áreas onde acontecem o extrativismo do coco babaçu em todo o âmbito do território maranhense, onde a escassez de parcerias, a omissão do Estado em fomentar políticas públicas voltadas para preservação dos babaçuais tornam-se fatores preponderantes para o aumento da degradação ambiental e a péssima qualidade de vida de quem realiza o extrativismo do coco babaçu. Assim sendo, as recomendações supracitadas podem ser interpretadas como nuanças diante do muito que ainda se possa fazer.

Essas comunidades do município de Itapecuru Mirim ainda assim, possuem um grande potencial para que os babaçuais sejam explorados de maneira correta e que essas mulheres possam superar as dificuldades e aos poucos venham transformar essa atividade de subsistência em um negócio que traga lucros suficientes para manutenção de suas famílias.

Por fim, destaca-se a necessidade de melhorar a qualidade de vida das quebradeiras de coco babaçu da região, seja garantindo assistência técnica ou capacitando-as para melhorar suas atividades, como também proteger, conservar e utilizar o meio ambiente de forma adequada, ênfase dada aos babaçuais de modo sustentável, sendo este um importante desafio para todos os envolvidos; poder público, iniciativa privada, cooperativas, associações, sindicatos, sociedade civil, instituições de ensino e principalmente as próprias quebradeiras de coco babaçu.

REFERENCIAS

ALMEIDA JR. B. E. et al. A economia do babaçu: das quebradeiras de coco às aplicações biotecnológicas. In: MACIEL, P.A. **Biocombustíveis de babaçu: ensaio técnico sobre oportunidades de produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu**. São Luís, MA: EDUFMA, 2016. cap. 2, p. 61-83.

ALMEIDA JR. B. E. et al. Coco babaçu: descrição botânica da palmeira, importância ecológica e abundância regional. In: MACIEL, P.A. **Biocombustíveis de babaçu: ensaio técnico sobre oportunidades de produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu**. São Luís, MA: EDUFMA, 2016. cap. 1, p. 41-60.

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. **The subsidy from nature: palm forests, peasantry and development on an Amazon frontier**. New York: Columbia University Press, 1991.

ANDERSON, A.B.; BALICK, M. J. Taxonomy of the Babassu complex (*Orbignya* spp.: Palmae). **Systematic Botany**, n.13, p.32-50, 1988.

ANDRADE, Maristela de P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**. Vol. Nº 6, São Paulo,SP, jan. – mar./2016

ARAUJO JR, E. M; DMITRUK, J, E.; MOURA, C. C. J.; **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. Sequência, Florianópolis, SC, v. 1, n. 68, p. 129-157, jun. 2014.

ARAÚJO, A. S. Análise socioeconômica de agricultores de comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Revista Biota Amazonia**. Macapá, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itapecuru-mirim_ma#caracterizacao>. Acesso em: 20 jun. 2019.

- AYRES JÚNIOR, J.C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense.** 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, SC, 2007.
- BARBOSA, O. V. **Trabalho, conflitos e identidade numa terra de babaçu.** História social. Campinas/SP, v.1, n. 14/15, p. 256-275, set. 2008.
- CARRAZA, R. L.; ÁVILA. J. C. C.; SILVA. M. L; **Aproveitamento integral do fruto e da folha de babaçu.** 2 ed. Brasília, DF.2012
- CARVALHO, Camilo F. **Educação ambiental: degradação vs preservação.** Rio de Janeiro/RJ, Guanabara, Koogan, 2015.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas.** São Paulo/SP: Ática, 2014.
- CREPALDI, Sílvio A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática.** São Paulo/SP: Atlas, 2017.
- GOMES, David Ferreira. **A degradação ambiental como consequência da ação humana.** Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2016.
- GOUVEIA, V. M.; MATRICARDI, T. A. E.; ANGELO, H. **Dinâmica espaço-temporal da produção de amêndoas de babaçu e da utilização das terras do Maranhão.** São Luís, MA. Embrapa Cocais, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e da silvicultura.** Brasil. V. 28. 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade produzida da extração vegetal.** 2017. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289#resultado>>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- KOTTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como conquistar e dominar novos mercados.** São Paulo/SP: Editora Ediouro, 2014.

LEMOS, José de Jesus S. **Mapeamento da pobreza no estado do Maranhão**. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão – SAGRIMA, São Luís/MA, 2013.

LIMA, F. E. G.; CASELLI, F. T. R.; SILVA, M. S. **Levantamento do fluxo da cadeia produtiva do babaçu na mata dos Cocais PI/MA**. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Fortaleza, CE, 2015.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas/SP, v. 6, nº. 2, jul./dez. 2014.
LORENZI, H. Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae (palmeiras). 1 ed. São Paulo: Nova Odessa, 2010, 367p.

MULLER, Tyler. **Ciência Ambiental**. São Paulo/SP: Saraiva, 2015.

NASCIMENTO, S.P; LIMA, P.A.L; **Cartografia social dos babaçuais**. São Luís/MA. jun.2015. Medida do mapa impresso 130 x 110 cm. Escala 1:/1.000.000

NETO, S. J. Quebradeiras de coco: “Babaçu Livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, MG. v. 14, n. 28, p. 147-166, abr. 2017.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL 30 ANOS. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 29 jun. 2019.

PRAZERES, G. M.; SANTOS, A.M.C. M. Óleo de babaçu. In: MACIEL, A. P.

Biocombustíveis de babaçu: ensaio técnico sobre oportunidades de produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu. São Luís, MA: EDUFMA, 2016. cap. 3, p. 87-104.

PRAZERES, Gilza. M. P et al. Óleo de babaçu. In: MACIEL, P.A. **Biocombustíveis de babaçu: ensaio técnico sobre oportunidades de produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu**. São Luís, MA: EDUFMA, 2016. cap. 3, p. 87-104.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M.T. Fitofisionomias do bioma Cerrado In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S.P (ed). **Cerrado: ambiente e flora**. Brasília, Embrapa Cerrados, 1998. p. 87-166.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo/SP: Ática, 2018.

SILVA, J. M. **Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. 2010

SILVA, M. R. **Distribuição do babaçu e sua relação com os fatores geoambientais na bacia do rio Cacoal, estado do Tocantins**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental). Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 2008.

SILVA, Marta S.A.L. **Extrativismo vegetal: Palmeiras do babaçu e produção de palmito no norte do Tocantins**. VII. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Vitória/ES, 2014.

SOUZA, Bárbara Noeme da Silva. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens no setor rural praticando a agricultura familiar**. 2018. 49f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

SOUZA, Diego J. de. Empreendedorismo e inovação. **Revista Brasileira de Administração**, Vol. 3, n. 3. Brasília, DF, jan. – mar., 2017.

SOUZA, P. M.; BORRETO, V. A. M.; FILHO, S. A. T.; Potencial para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Babaçu no Médio e Baixo Rio Madeira-Porto. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Velho/RO. Porto Velho, RO. v.3, n.2, p. 75-87, ago. 2011.

TAYLOR, D. A. **Logística na cadeia de suprimento: uma perspectiva gerencial**. São Paulo/SP: Pearson 2015.

Apêndice A - Questionário aplicado para coleta de dados

1.Comunidade:_____

2.Nome:_____

3.Idade:_____

4.Há quantos anos mora na comunidade?

5.Freqüentou escola? () Sim () Não
 () Lê () Escreve () Lê e escreve () Apenas escreve o nome
 () Não lê e nem escreve

6.Pertence a algum tipo de organização? (Sindicato, Associações etc.) () Sim () Não
 Motivo

Nome da Entidade:

7.Você recebe algum benefício por pertencer a esta organização? (PRONAF,PNFC, ATER, Estrada, Energia, Acesso a equipamentos, aposentadoria)

8. Desenvolve atividade remunerada fora da propriedade? () Sim () Não
 Qual?

9.Pratica extrativismo do babaçu? () Sim () Não
 Há quantos anos?

10.Quais subprodutos do babaçu são produzidos?

11.Com quem você aprendeu essa atividade?

12.Quais as dificuldades encontradas no momento da comercialização dos produtos?

() Preço inadequado () Atravessador () Transporte () falta de local adequado

13. Qual o valor mensal arrecadado com os subprodutos do babaçu?

14.Você acha que os subprodutos do babaçu têm o preço valorizado pelo mercado? Sim () Não ()

15. Onde esses produtos são comercializados? () Feira () Supermercado

() Associação () PNAE () PAA () Outros

16. Quais tipos de bens você alcançou ao longo do tempo estando nessa atividade?

() Casa de alvenaria () Moto () Carro () Tv LCD () Celular () Outros

17. Quais ameaças no seu município/comunidade o meio ambiente vem sofrendo?

Rio poluído Queimadas Animais em extinção Desmatamento

18. Que ação você toma no seu dia a dia para proteger o meio ambiente?

Economiza água Descarta o lixo corretamente

19. De que forma você faz o descarte do seu lixo?

Queima Joga na floresta Enterra Separa orgânico de reciclável

Espera o recolhimento da prefeitura

20. Você possui roça em áreas de babaçuais? Sim Não

21. Como você tem acesso aos babaçuais? Terras de parentes Mata fechada Áreas próximas a residência

22. Em terras de terceiros o acesso é facilitado? Sim não

Você tem conhecimento da lei babaçu livre? Sim Não

23. Você produz farinha de mandioca? Sim Não

24. Onde costuma colocar a mandioca de molho? Rio Lagos próximos Açudes

Tanques apropriados

25. Você se preocupa com a preservação do ambiente em que vive? Sim Não

De que forma?

26. Qual o principal mercado consumidor dos subprodutos do babaçu?
